

KAMILA BOSSATO FERNANDES

A NARRATIVA DO MENSALÃO NO JORNAL NACIONAL

Artigo apresentado ao **Grupo de Trabalho de Cultura política, comportamento e opinião pública** no V Congresso da Compolítica, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 8 e 10 de maio de 2013.

ISSN 2236-6490

MAIO 2013

A narrativa do Mensalão no Jornal Nacional

Kamila Bossato Fernandes

Universidade Federal do Ceará

kamila.fernandes@gmail.com

Grupo: Cultura política, comportamento e opinião pública

Resumo: O julgamento do caso do Mensalão, escândalo político que envolveu os principais integrantes da cúpula do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Presidência da República, em 2005, não foi apenas um importante evento jurídico. O caso se transformou num dos mais esperados eventos midiáticos da contemporaneidade no Brasil, o que levou a uma cobertura intensa e cotidiana pelos principais veículos de comunicação do país. Com isso, mais do que expor decisões sobre possíveis punições a personagens que até então protagonizavam as notícias sobre o caso, entre eles o ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, o ex-presidente nacional do PT, José Genoino, e o publicitário Marcos Valério (ao todo, 38 pessoas foram réus nesse julgamento), ganharam espaço nos noticiários os até então pouco conhecidos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Este trabalho propõe analisar de que forma esses magistrados, que ganharam ampla visibilidade durante quatro meses seguidos (entre agosto e dezembro de 2012), foram representados pelo noticiário televisivo de maior audiência no país, o Jornal Nacional, da TV Globo. Na análise, serão verificadas a quantidade de notícias exibidas sobre o tema, em quantas os ministros e seus atos passaram a protagonizar a matéria, ao invés do julgamento em si, e quais foram as estratégias discursivas utilizadas pela edição para narrar o caso. O estudo será realizado sob a perspectiva da narratologia, proposta defendida, entre outros, por Luiz Gonzaga Motta, e também sob as ferramentas metodológicas da Análise do Discurso, que tem entre seus expoentes Dominique Maingueneau. O objetivo é perceber como essas estratégias discursivas contribuem na construção simbólica das faces dos próprios personagens envolvidos, impactando e induzindo a opinião pública a perceber os acontecimentos por um determinado ponto de vista.

Introdução

Contar histórias parece ser uma das principais funções dos meios de comunicação. Não basta mostrar algo com imagens e sons em alta definição, numa mera reprodução da realidade. A concatenação de fatos com sequências cronológicas claras e carga dramática que desperte diferentes sensações no público receptor é pré-requisito da imensa maioria dos produtos midiáticos, e não só os ficcionais. No gênero jornalístico, a narração de histórias pode ser vista diariamente, com toda a dramaticidade que poderia se considerar restrita ao drama. Como destacam Sodré e Ferrari (1986):

Quando o jornal diário noticia um fato qualquer, como um atropelamento, já traz aí, em germe, uma narrativa. O desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, quando, onde, por quê) constituirá de pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem. (1986, p. 11)

As narrativas jornalísticas não se restringem aos chamados *fait divers* ou a notícias consideradas pouco sérias ou importantes. Mesmo no noticiário político, em que muitas vezes são relatados fatos relacionados ao mais alto poder público e a disputas eleitorais acirradas, com questões ideológicas e político-partidárias entremeando os acontecimentos, há uma construção narrativa que molda a face dos personagens envolvidos, reforça tensões, constrói crises e traz à tona possíveis heróis e vilões. O que tem sido explorado cada vez mais pelos próprios personagens políticos, que buscam adequar seus discursos e sua aparência aos *media*, com o apoio de especialistas em marketing – os chamados marqueteiros –, a partir de características que, acreditam, constituam um *ethos* capaz de agregar o maior número possível de apoiadores. Pude constatar isso durante o mestrado em Sociologia, em que pesquisei em que medida narrativas midiáticas passam a ser incorporadas nas conversas cotidianas durante uma eleição municipal, e como isso influencia na tomada de decisão na hora do voto¹. Compreendo o conceito de narrativas a partir da concepção de Motta (2005), autor que tem se dedicado à narratologia, como “construções discursivas sobre a realidade humana” (p. 15). Segundo ele, “são representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida. Sejam elas fictícias ou fáticas, são sempre construções de sentido sobre o mundo real ou imaginado” (MOTTA, 2005a, p. 15). E completa:

1 FERNANDES, 2010.

Os acontecimentos relatados pelas narrativas (realistas ou imaginárias) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos e realizam coisas que os humanos também realizam (antropomorfismo natural da narrativa). A construção de personagens e ações na narrativa é uma estruturação de condutas humanas, que fornecem ao narrador a matéria-prima e os modelos. Ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos (atividade mimética). (MOTTA, 2005a, p. 7-8)

A constatação de que o texto jornalístico se constitui também em uma estrutura narrativa, ainda que não ficcional, amplia a importância de estudos comunicacionais que se voltem especificamente a esmiuçar essas construções discursivas. Isso porque, nos dizeres de Motta, “ao fazer análises da narrativa jornalística, estamos buscando compreender o jornalismo como uma atividade produtora de sentidos, formadora e estruturadora do pensamento contemporâneo em todas as dimensões que esta afirmação sugere” (2005a, p. 23). As narrativas midiáticas, assim, e em especial as jornalísticas, a partir do amplo consumo e difusão social, têm o potencial de induzir a percepção do mundo a partir de certos enquadramentos, cristalizar valores e ideais, compondo cotidianamente a realidade socialmente compartilhada – entre outras mediações que também constituem o dia a dia.

Um dos mais recentes acontecimentos a compor uma grande narrativa midiática no Brasil, ocupando meses do noticiário nos mais diversos veículos de comunicação de todo o país, foi o julgamento do chamado Mensalão. Um fato do universo jurídico que, habitualmente, receberia pouca atenção dos *media*, pela linguagem usada pelos magistrados, pouco acessível ao grande público, e pela falta de ação física da principal cena de enunciação, o tribunal, mas que, pelo significado dos acontecimentos e dos personagens que levaram ao processo judicial, levou um grande interesse público pelos resultados finais da trama.

Um escândalo midiático

O Mensalão foi um dos maiores escândalos de corrupção desvendados durante um governo democrático no Brasil². E se deu durante o início da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República, com o ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva à frente do poder (2003-2012). Com minoria no Congresso Nacional e uma agenda complicada de votações pela frente, o novo mandatário logo

2 Na curta história democrática brasileira (1889-1937, 1945-1964 e 1985 até hoje), os escândalos não foram incomuns, mas poucos tiveram as dimensões do Mensalão. Apenas um deles culminou com a cassação do presidente da República, no governo Fernando Collor de Melo (1990-1992).

demonstrou clara habilidade em angariar apoiadores, aprovando com folga até os assuntos mais espinhosos, como a reforma da Previdência e mudanças no sistema tributário do País.

Ainda assim, o começo da gestão foi turbulento, com reformas polêmicas, dificuldades financeiras do país e escândalos políticos recorrentes, tornando-se ainda mais tumultuado em junho de 2005, quando o então deputado federal e presidente do PTB, partido aliado do governo, Roberto Jefferson, veio a público para denunciar um esquema de compra de votos dos congressistas pelo Palácio do Planalto³. Jefferson estava então bastante acuado, em meio a investigações sobre corrupção envolvendo seus afilhados políticos nomeados para cargos de confiança na empresa estatal Correios, que originaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)⁴, cujos acontecimentos, então, dominavam o noticiário nacional. Ainda assim, sua denúncia gerou imensa repercussão, com fortes impactos tanto no governo como nos *media*.

Por meses, o caso do Mensalão, como o próprio Jefferson apelidou em sua primeira entrevista sobre o assunto à Folha de S. Paulo, foi esmiuçado pela imprensa, com sucessivos “furos” das revistas semanais e das emissoras de TV, que buscavam mostrar novas facetas do escândalo, o que inclusive alimentou as investigações oficiais. Tratou-se de um escândalo político com ampla visibilidade midiática, a exemplo dos casos estudados por Thompson (2002), que considera que, para a própria existência do escândalo, é necessário que exista “um processo de tornar público, ou tornar visível, através do qual as ações ou acontecimentos se tornam conhecidos por outros” (p. 46).

Os maiores impactos causados pelo Mensalão foram sentidos em dois momentos. No primeiro, em meses de investigação pela própria CPI dos Correios, o caso levou a demissões e à cassação de deputados, entre eles o até então todo poderoso ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu (PT). Até o denunciante do caso, Roberto Jefferson, foi cassado.

O segundo momento de grande impacto midiático se deu sete anos depois, com o julgamento do caso pelo Supremo Tribunal Federal (STF), instituição que nunca havia tido tanta visibilidade nos *media*, o que fez com que personagens antes pouco

3 A revelação foi dada em entrevista publicada em 6 de junho em 2005 à jornalista Renata Lo Prete, da Folha de S. Paulo. Mais informações, <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2012/08/01/arquivo-uol-ouca-o-trecho-da-entrevista-em-que-roberto-jefferson-revelou-o-mensalao.htm>.

4 A chamada CPI dos Correios, foi na verdade uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, formada por parlamentares tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, constituída em junho de 2005 e finalizada em abril de 2006.

conhecidos do grande público passassem a dominar o noticiário nacional durante meses. Entre as razões para tamanho interesse em relação ao julgamento está o fato de que, apesar da imensa visibilidade que o caso teve em 2005 e das investigações exaustivas, tanto por parte da polícia, dos congressistas e do Ministério Público, como da imprensa, até então não havia uma definição clara sobre o próprio Mensalão: afinal, o pagamento de propinas a parlamentares, com dinheiro público, em troca do apoio ao governo, existiu de fato ou foi apenas um esquema de Caixa 2, para pagamento de dívidas de campanha eleitoral de aliados governistas, como afirmaram os acusados? Tal dúvida seria desfeita apenas pelo Supremo Tribunal Federal.

Entre os que mais tiveram atenção da imprensa no STF durante esse julgamento está o ministro Joaquim Barbosa, primeiro negro a ocupar uma das vagas da suprema corte brasileira em toda a sua história. Barbosa foi o relator do caso, o que significa que foi o primeiro a proferir suas conclusões sobre os fatos e também a declarar se os réus eram culpados ou inocentes, além de suas respectivas penas. A partir dessa grande exposição, Barbosa passou a ser tratado como herói por parte da população, como exposto em matéria publicada no portal do jornal Valor Econômico em 5 de abril de 2013, com o título “Tratado como 'pop star', Barbosa defende a educação em aula inaugural”⁵. Tanta visibilidade, da forma como se deu, também o levou a alcançar outro feito: o ministro se tornou uma das cem pessoas mais influentes do mundo em 2013, segundo seleção divulgada anualmente pela revista norte-americana Time. “A máscara de Carnaval mais vendida no Brasil neste ano não foi a de um jogador de futebol ou de um pop star, mas sim de Joaquim Barbosa, jurista que no ano passado presidiu o julgamento do maior caso de corrupção do país e se tornou o primeiro presidente negro do Supremo Tribunal Federal”, diz o texto da revista, como expôs matéria divulgada no site do jornal O Globo no último dia 18 de abril de 2013⁶.

Para a Justiça, o Mensalão foi um esquema criminoso articulado pelo então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Com a intermediação de Marcos Valério, foi montado um esquema em que recursos retirados do Banco Rural, por meio de empréstimos nunca pagos, intermediados pelo publicitário Marcos Valério, chegavam a parlamentares, de acordo com o que orientava Dirceu. Os pagamentos coincidiam com votações consideradas importantes para o governo e os resultados, sempre, eram

5 Matéria completa pode ser vista em <http://www.valor.com.br/politica/3075102/tratado-como-pop-star-barbosa-defende-educacao-em-aula-inaugural#ixzz2PbHVe8S4>, acessado em 6/4/2013.

6 <http://oglobo.globo.com/pais/barbosa-se-diz-honrado-feliz-por-aparecer-na-lista-dos-cem-mais-influentes-da-time-8148457#ixzz2QrKh9vbQ>

positivos. Apesar de beneficiar diretamente o Governo, o então presidente Lula foi poupado das investigações. O julgamento durou quatro meses, de agosto a dezembro de 2012, período em que avaliou uma série de crimes que envolviam 38 pessoas. Ao final, 25 foram condenadas, incluindo políticos e empresários.

Assim como toda a imprensa nacional, o telejornal de maior audiência do país, o Jornal Nacional, da TV Globo, também deu grande destaque ao acontecimento durante os quatro meses de sessões. Entre 2 de agosto e 5 de dezembro de 2012 foram ao ar 94 inserções, totalizando mais de 270 minutos no ar, ou 9 horas consecutivas. Neste trabalho, irei analisar a construção narrativa desse julgamento a partir dessa longa produção, tomando por base os princípios da análise das narrativas jornalísticas, proposta teórico-metodológica desenvolvida por Motta para melhor explorar as estratégias discursivas que compõem a construção desse fato midiaticamente.

Para compreender uma narrativa jornalística

Tratar o relato jornalístico como uma narrativa não significa que este relato ficcionalize um acontecimento, ou mesmo que o deturpe ou o torne irreal. Para Motta (2005a e 2005b), trata-se de uma constatação a partir da prerrogativa de que o texto jornalístico não só reproduz o fato, tal qual se deu em determinado momento: o jornalismo o significa, a partir de uma construção discursiva que se enquadra em determinados gêneros, mas que é impregnada de valores sociais que envolvem o texto de forma a fazer com que o receptor se identifique com aquele relato e queira continuar acompanhando-o.

(...) a comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de sequências encadeadas. Pressupõe também uma retórica que realiza a finalidade desejada. Implica na competência e na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário. (MOTTA, 2005b, p. 3)

Para o autor, o elemento estruturador de qualquer narrativa jornalística é o conflito, tensão que tem como foco a conduta (o que as pessoas fazem) ou as motivações (o que leva à ação).

É a ruptura de algo que traz o conflito e que gera a notícia, o relato jornalístico. Há sempre pelo menos dois lados em confronto em qualquer relato jornalístico, há sempre interesses contraditórios na história de cada notícia, há sempre algo que se rompe a partir de algum equilíbrio ou alguma estabilidade anterior que se interrompe e que gera tensão. (2005a, p. 32)

A partir das perspectivas da psicologia política, Porto (2007), ao analisar edições do Jornal Nacional, também destaca a narrativização da política pelos meios de comunicação, que acabam por privilegiar uma personificação da política, distanciando-a dos partidos e das instituições, de um lado, mas tornando-a mais *interpretativa*, de outro. A prática política se torna, assim, mais interpretativa ao ser narrativizada porque, segundo o autor, é a partir das narrativas, pautadas no senso comum, que o sujeito comum dá sentido ao mundo ao redor.

Portanto, narrativas têm contribuído para tornar o jornalismo uma atividade mais interpretativa. O tratamento das notícias como drama e narrativa tem outro efeito importante: ele leva à personalização do processo político, focalizando políticos individuais em lugar de partidos políticos, instituições e fatores estruturais. (PORTO, 2007, p. 71)

Coutinho (2012) também analisou edições do Jornal Nacional, comparando-as com o Jornal da Cultura, para identificar se nesses telejornais constitui-se uma dramaturgia própria, não só em uma matéria isolada ou em uma sequência delas, mas sim no conjunto de sua produção durante uma semana. A autora compreende dramaturgia a partir do desenvolvimento de ações que indiquem o desenvolvimento de um conflito, permeados por um enredo. “(...) se por um lado as telenovelas brasileiras inserem elementos do cotidiano ou conteúdos informativos em seu enredo, haveria na outra direção um processo de dramatização nos formatos informativos.” (p. 112)

Já Motta propõe outro caminho para uma análise de narrativas jornalísticas. Ele sugere um recorte sobre notícias sequenciadas, que formariam um “conjunto significativo solidário, como uma história única: um acontecimento. Juntar o que a dinâmica jornalística separa” (2005b, p. 3). A partir dessa proposta, notícias sobre um mesmo tema, veiculadas em dias diferentes, comporiam uma única narrativa, com uma lógica própria a ser evidenciada. Contudo, mais do que um fato ou um acontecimento, ao se observar uma narrativa jornalística, segundo Motta, deve-se mirar no ato de fala.

Pretende-se observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística. A narrativa não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos. (2005b, p. 4)

A análise da narrativa jornalística passa, a partir das proposições de Motta, pelos seguintes movimentos: recomposição do fato, para reconstituir os acontecimentos que em princípio foram relatados separadamente em uma única narrativa; o

reconhecimento dos conflitos e da funcionalidade dos episódios narrados; perceber a construção das personagens jornalísticas; perceber as estratégias comunicativas por parte do narrador, para se alcançar inclusive o efeito de real; avaliar a relação cognitiva – o que se produz e como o narratário recebe e reinterpreta essas narrativas –; e identificar as metanarrativas que permeiam a história da forma como ela foi contada (quais os significados de fundo moral ou fábula da narrativa?).

A partir dessa perspectiva, proponho uma análise das matérias exibidas no Jornal Nacional durante o julgamento do Mensalão, compondo uma única narrativa. Farei a recomposição da história a partir do levantamento dos enfoques dados a cada uma das matérias no período, de forma que fique evidenciado o caminho que o relato foi tomando ao longo do tempo – com suas oscilações dramáticas, tensões e resoluções. Em seguida, serão destacadas nove (9) matérias – 10% do total – para ser possível perceber a constituição dos personagens, o encadeamento dos acontecimentos, assim como os valores que perfazem o contexto narrativo. Tudo isso usando como ferramenta metodológica os preceitos da Análise do Discurso, que, segundo Maingueneau, tem como objetivo “não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicar como eles puderam mobilizar forças e investir organizações sociais” (1997, p. 50). A partir dessa compreensão, texto e contexto devem ser levados em conta na descrição analítica do discurso, buscando-se extrair intenções, valores, estruturas.

Números de veiculação

Para esta análise, foi definido como marco inicial o dia 2 de agosto, quando houve a primeira sessão do julgamento do Mensalão, e como marco final o dia 5 de dezembro, quando os ministros do STF já haviam definido as penas dos réus condenados e negaram o pedido da defesa de redução das punições.

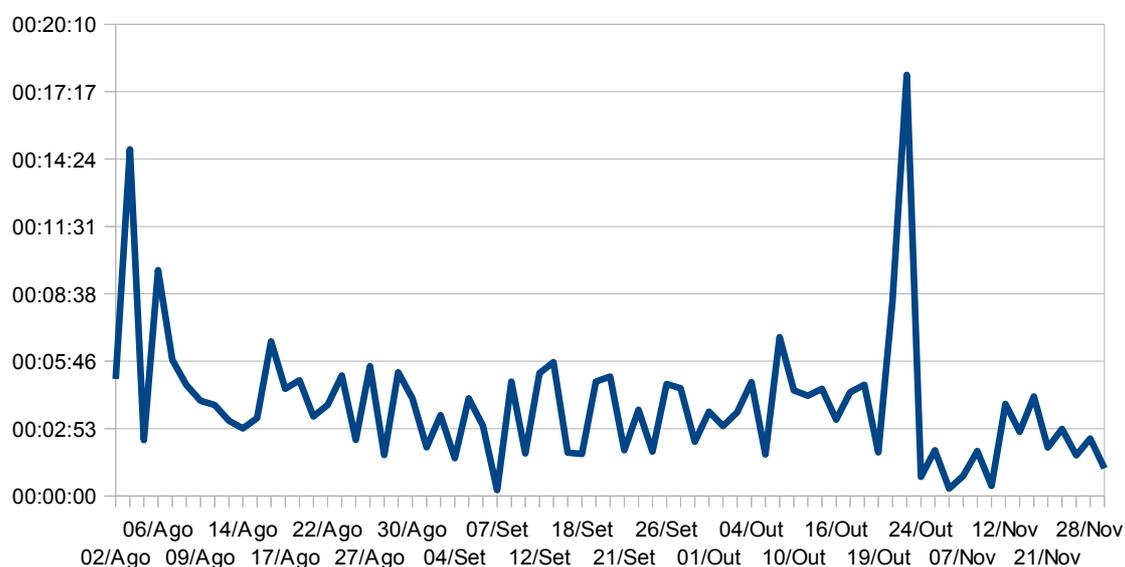
Nesse período, o assunto foi abordado no Jornal Nacional em 94 inserções, espalhados por 70 edições do telejornal, o que dá uma média de mais de uma matéria por dia. E, de fato, houve dias com até 5 inserções sobre esse tema, como o dia 3 de agosto de 2012, segundo dia de julgamento. Como recursos discursivos, o jornal utilizou na imensa maioria das vezes matérias em VTs (gravadas, narradas e editadas). Em sete dessas edições, houve entradas ao vivo do repórter com notícias sobre os últimos acontecimentos do julgamento, o que não significa que os VTs deixaram de ser exibidos nesses dias. Também foram usadas notas peladas (NP) e notas cobertas (NC),

em que os próprios apresentadores do telejornal leem a notícia, com ou sem imagens.

Dividindo-se o tempo total das inserções pela quantidade de matérias, chega-se a um tempo médio de quase 3 minutos por cada inserção. Contudo, 43 delas tiveram mais do que 3 minutos (45,7%), chegando ao ápice de 11 minutos e 13 segundos num VT exibido em 23 de outubro, quando então foi feita uma retrospectiva dos momentos considerados mais marcantes do julgamento. Abaixo, um gráfico com a distribuição das matérias sobre o Mensalão ao longo das edições do Jornal Nacional, de acordo com o tempo de exibição em cada dia.

Matérias sobre o Mensalão no Jornal Nacional

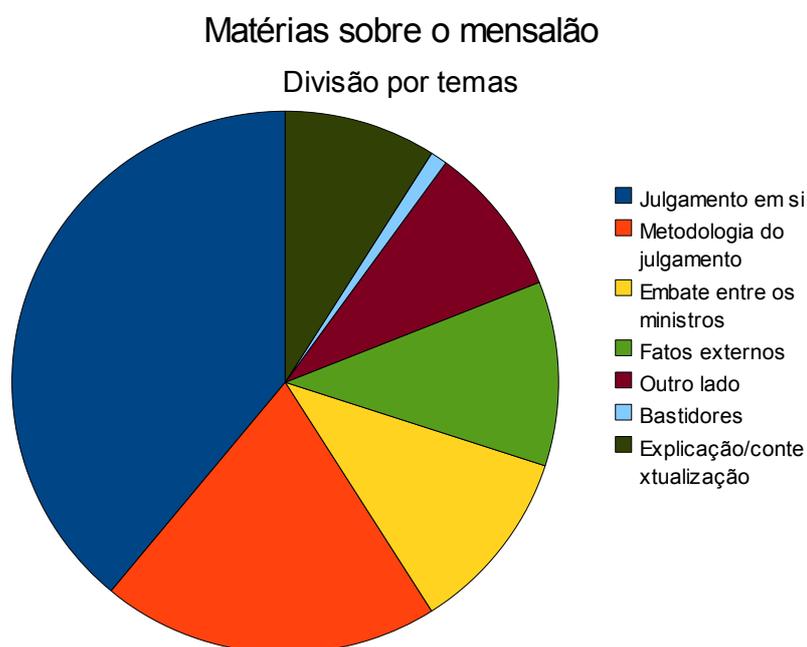
Tamanho dia a dia



Tema de reportagens quase diariamente, o julgamento do Mensalão ganhou matérias mais extensas no Jornal Nacional em dois momentos: no início da cobertura do evento e quando os ministros do Supremo Tribunal Federal terminaram de decidir se os réus eram culpados ou inocentes, já próximo ao final do julgamento.

Inédito pela quantidade de réus com grande poder político e econômico envolvidos no caso, o julgamento do Mensalão começou com inúmeras dúvidas sobre como se daria de fato. O método do julgamento foi tema de 20 matérias do Jornal Nacional, em que os próprios ministros do STF ou o repórter-narrador mostravam como se dariam os desdobramentos e as dúvidas ainda existentes sobre isso. A grande parte das inserções (39) se constituiu de um relato do julgamento em si, o que não exclui de seu conteúdo a retomada de explicações sobre essa metodologia. O terceiro tema mais acionado como foco das matérias foi o embate entre os ministros, seja com discussões

sobre a metodologia do julgamento, seja por outros motivos. Esse foi o mote de 11 matérias. Outras nove tiveram como tema a contextualização do evento como um todo ou de partes dele, nove tiveram como foco a defesa dos réus e uma falou de bastidores do julgamento. Além disso, outras nove trataram de assuntos externos ao julgamento, mas que, indiretamente, tinham envolvimento ou poderiam influenciar o caso – como a indicação do novo presidente do STF e a condenação de réus do Mensalão em outras instâncias jurídicas. A seguir, o quadro com os temas das matérias exibidas pelo Jornal Nacional sobre o Mensalão no período analisado:



O julgamento começou com a exposição oral da denúncia pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que dividiu suas acusações em capítulos, ao longo de mais de 1.000 páginas do processo. No Supremo Tribunal Federal, o caso foi analisado especialmente por dois ministros, Joaquim Barbosa, que se tornou relator do caso – o responsável por avaliar a denúncia e primeiro a decidir se os réus eram culpados ou não –, e Ricardo Lewandowski, o revisor – responsável por também ler a denúncia, apontar divergências ou concordâncias e emitir seu voto, logo após o relator. Depois que Gurgel terminou de ler sua denúncia, Barbosa fez um resumo do seu relatório e abriu espaço para a defesa dos réus se pronunciar.

Assim como Gurgel, Barbosa decidiu dividir seus votos por seis temas (1. formação de quadrilha; 2. crimes de desvio de dinheiro público; 3. gestão fraudulenta de

instituição financeira; 4. corrupção ativa, corrupção passiva, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro dos partidos aliados ao governo federal; 5. lavagem de dinheiro envolvendo integrantes do PT; 6. evasão de divisas e lavagem de dinheiro envolvendo os publicitários Duda Mendonça e Zilmar Miranda), indicando os réus condenados ou inocentados ao final de cada um desses blocos e abrindo em seguida espaço para o pronunciamento do ministro revisor e dos demais ministros, para, depois, iniciar o próximo tema. A cômte é formada por 11 ministros, que têm a missão de discutir processos em última instância ou casos que envolvem pessoas com foro privilegiado – como acontece com os deputados federais envolvidos no caso do Mensalão. É orientada por um regimento próprio, mas os ministros têm poder de deliberar novos encaminhamentos sempre que necessário. A decisão de dividir o julgamento de forma temática foi rejeitada, num primeiro momento, pelo revisor do processo, gerando o primeiro embate entre ele e Barbosa, o que se repetiu ao longo do julgamento, inclusive por outros motivos. Confronto que passou a ser o principal foco dos relatos do Jornal Nacional, cuja análise será desenvolvida a seguir.

Narrativa do Mensalão no Jornal Nacional

Para viabilizar a análise, que levará em conta não só o conteúdo das matérias, mas também as construções discursivas utilizadas para narrá-las, foram destacados momentos de maior tensão do julgamento, que, como indica Motta (2005a), podem ser considerados os momentos mais significativos dessa narrativa. Por esse recorte, foram transcritas dez matérias, exibidas nos seguintes dias: **2, 3, 16, 17, 20 e 23 de agosto, 12 e 26 de setembro e 12 de novembro.**

O fato que motivou o forte interesse dos *media* sobre o julgamento do Mensalão – o envolvimento de políticos do primeiro escalão do governo Lula no caso e a possibilidade destes serem punidos com prisão, diante de acusações até então não esclarecidas por completo –, não foi o único propulsor das primeiras matérias do Jornal Nacional sobre o tema. Como vimos no levantamento quantitativo, a preocupação sobre a metodologia do julgamento, e sobre o julgamento em si, acabou por assumir o primeiro plano da cobertura, logo no primeiro dia de sessões sobre o caso, dia 2 de agosto de 2012. Após um relato ao vivo sobre o início do julgamento, com a repórter antecipando uma fala do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, sobre o teor de suas acusações contra os réus do Mensalão, foi anunciada uma matéria que enfocou uma primeira tensão entre o Supremo Tribunal Federal e a defesa dos réus. O início da

reportagem de Poliana Abritta segue transcrito abaixo:

OFF 1 - A sessão foi retomada depois que os ministros decidiram deixar para amanhã a fala do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. A acusação é feita por ele e pode durar até 5 horas. Advogados dos réus pediram que o plenário analisasse novamente um pedido para uso, durante o julgamento, de um telão para projeção de informações. O pedido já tinha sido negado ontem e atrasaria ainda mais o cronograma do julgamento. O presidente do Supremo, ministro Ayres Britto, se irritou e negou.

SOBE AUDIO

AYRES BRITTO - Eu indefiro a questão de ordem de vossa excelência.

ADVOGADO - Mas eu não sustentei.

AYRES BRITTO - Mas eu indefiro.

OFF 2 - Com mais de cinco horas de atraso, o relator do processo, ministro Joaquim Barbosa, começou a leitura do relatório dele. Joaquim Barbosa relembrou a participação de cada um dos réus do Mensalão, os crimes dos quais eles são acusados, conforme a Procuradoria da República, e recontou a história do Mensalão, segundo a denúncia do procurador.

O texto segue com a descrição das acusações contra personagens do PT no caso, uma rápida explicação sobre a ausência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no processo e espaço para uma defesa genérica de alguns dos réus citados. Parte na narração da repórter, parte na boca do próprio ministro Joaquim Barbosa, principal interlocutor da matéria.

Apesar de se constituir como mote principal a cobertura do primeiro dia de julgamento, em que foi feita uma contextualização do caso do Mensalão e a oficialização, pública, das acusações contra os réus, com a fala dos principais responsáveis pela virtual condenação dos envolvidos – o que justificaria sua importância social para que o caso voltasse a ser acompanhado sistematicamente pelos *media*, já que desde a época das denúncias, havia sete anos, a história perdera seu interesse midiático –, a matéria foi iniciada com a descrição de um procedimento do julgamento, em que são comuns os requerimentos, as questões de ordem, como parte do ritual de dar voz tanto aos acusados como aos acusadores. Contudo, ao relatar o posicionamento do presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, a reportagem inseriu elementos não apenas objetivos – o fato de ele ter rejeitado um pedido da defesa –, mas também uma reação emocional – ele “se irritou”, segundo a reportagem –, diante de uma ação que serviria apenas para protelar ainda mais o julgamento, que já estaria atrasado. Irritação demonstrada por um rápido diálogo, entre Britto e um dos advogados de defesa, marcado pela rispidez, mas não chegando a se configurar num bate-boca. O que demonstra um primeiro conflito claro na construção discursiva dessa narrativa: ao lado da lei, do direito, da busca pela justiça, estava a instituição Supremo Tribunal Federal, liderada por seu presidente; ao lado dos criminosos – há muito julgados

culpados pelos *media* (um dos índices desse julgamento precoce é o uso de termos como “núcleo central do esquema”, como citado no trecho acima como parte da enunciação da repórter) –, estavam os advogados de defesa, que tomariam qualquer atitude para dificultar o trabalho da cõrte. Imagem que se impôs inclusive ao estereótipo da justiça – normalmente considerada lenta e pouco eficaz. Neste caso, a lentidão ganhou outra identidade.

A narrativa segue direcionando o telespectador para um caso policial cinematográfico. Uma das maneiras de tornar o fato, até então aparentemente pouco atraente – pela falta de ações físicas e pelas longas falas dos ministros, que complicam qualquer edição audiovisual –, em algo de fácil consumo, é produzir matérias fora da sala do tribunal, para expor bastidores desse grande evento. Uma dessas matérias foi ao ar no dia 3 de agosto, segundo dia de julgamento. O início da matéria, da repórter Cláudia Bomtempo, segue abaixo:

CABEÇA⁷ - A defesa de cada um dos réus começará a ser feita na segunda-feira. Cada advogado terá uma hora. A expectativa é de que sejam cinco defensores por dia, mas todos não arredam pé do Supremo Tribunal Federal e em todas as oportunidades reafirmam a inocência de seus clientes.

REPORTAGEM

OFF 1 - Almoço reforçado na churrascaria antes de enfrentar o segundo dia de julgamento. A caminho do Tribunal, não pode haver atrasos. No Supremo, é hora de enfrentar a imprensa. Fotógrafos, cinegrafistas e repórteres captam cada declaração.

SONORA (Alberto Toron - advogado de João Paulo Cunha) - É como se o advogado estivesse participando da final de um campeonato das Olimpíadas.

PASSAGEM (Cláudia Bomtempo) - Chegar aqui, ao Supremo Tribunal Federal, e estar diante dos ministros da cõrte suprema do país durante um julgamento como este é um momento valioso para qualquer advogado. Mas os criminalistas que representam os 38 réus do Mensalão são profissionais experientes. Alguns já ocuparam altos cargos em governos. E na hora da sustentação oral, quando defendem o cliente, cada ênfase, cada respiração, tem um peso que varia de acordo com a credibilidade de cada um.

OFF 2 - Para o ex-ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, a experiência profissional pesa, mas é o trabalho de leitura atenta do processo que dá embasamento para derrubar a tese da acusação. Ele defende o ex-diretor do Banco Rural, José Roberto Salgado, acusado de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta.

O texto de abertura da matéria traz informações objetivas, primeiro sobre a data em que a defesa começará a falar no STF, e depois sobre o intenso trabalho dos advogados, que tinham pouco tempo para evitar que seus clientes fossem condenados

7 Cabeça é o texto lido pelo apresentador do telejornal ao anunciar uma matéria. Busca atrair o telespectador para continuar a assistir àquela reportagem, com informações importantes, mas mantendo um certo suspense sobre o restante do conteúdo.

(tarefa praticamente impossível, diante de uma situação de condenação pública coletiva já efetivada previamente tanto pela sociedade como pelos *media*). A matéria, porém, seguiu um outro caminho: demonstrar como aquele evento, o julgamento do Mensalão, era importante não só para os réus, mas também para dar visibilidade a seus defensores, já que não se tratava apenas de um julgamento, mas sim de um show. E como “pop stars”, os advogados não tinham apenas que enfrentar a Justiça, mas também a imprensa, interessada em cada declaração. Nessa narrativa do presente, as imagens mostram movimento, pressa, além do assédio da imprensa aos defensores, o que é coroado com a fala de um deles, Alberto Toron, a primeira sonora da matéria, que comparou o acontecimento à chegada à final de um campeonato das Olimpíadas. Metáfora que denota o esforço, o treinamento, mas também o glamour do evento, considerado o ápice da carreira de qualquer atleta, especialmente em caso de vitória.

Em sua passagem, momento em que aparece no vídeo confirmando seu testemunho, a repórter enfatiza a importância da performance desses personagens como elemento fundamental para dar credibilidade à defesa – o que denota uma supremacia da aparência, da imagem, em detrimento do conteúdo –, ainda que, logo em seguida, um dos personagens citados, ex-ministro da Justiça e advogado de um dos réus, declare que mais importante do que a desenvoltura é o conhecimento do caso – o domínio das informações.

Como telejornal que privilegia os acontecimentos que considera mais importantes do dia, ou o *hardnews*, o Jornal Nacional usa com certa frequência entradas ao vivo dos repórteres, o que sustenta sua agilidade em apresentar os últimos acontecimentos praticamente no momento em que aconteceram. Durante do julgamento do Mensalão, essa estratégia foi recorrente, especialmente porque as sessões aconteciam à tarde e terminavam perto do início do telejornal (vai ao ar das 20h30 às 21h, de segunda-feira a sábado). Com isso, a entrada da reportagem ao vivo se dava normalmente pouco depois do término da sessão ou até durante a sua continuidade. O testemunho instantâneo do repórter também ganha relevância quando o acontecimento surpreende. No caso, o esperado de antemão era que o caso do Mensalão fosse detalhado e, aos poucos, os acusados fossem condenados. Contudo, a discussão da própria metodologia do julgamento acabou por gerar divergências entre ministros, dois em especial: Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Conflito que assumiu, em muitos momentos, o primeiro plano da narrativa construída pelo Jornal Nacional, como no texto da repórter Camila Bomfim, na edição de 16 de agosto de 2012.

CABEÇA - Os ministros do Supremo Tribunal Federal debateram hoje a forma como devem ser apresentados os votos durante o julgamento. Houve divergência entre o ministro relator, Joaquim Barbosa, e o ministro revisor, Ricardo Lewandowski. Ao vivo de Brasília a repórter Camila Bomfim traz todos os detalhes pra gente. Boa noite pra você, Camila.

VIVO (Camila Bomfim) - Boa noite, Patrícia (Poeta, uma das apresentadoras do programa), boa noite a todos. Houve discussão no início da sessão. Os ministros debateram a forma de votar. O ministro relator, Joaquim Barbosa, queria a votação em blocos, segundo os crimes. Ou seja, ele votaria primeiro, depois o revisor, e aí os demais ministros. Só que o ministro revisor, Ricardo Lewandowski discordou. Diz que o certo seria o relator ler na verdade todo o relatório dele e depois fazer o voto sobre todos os réus e aí os demais ministros fariam a mesma coisa. Houve discussão no plenário. O ministro Ayres Britto anunciou que cada ministro seria livre para votar como quisesse. Se o relator votasse um primeiro bloco, passaria ao revisor, que, se desejasse, votaria por completo. A fórmula provocou incômodo, porque, nesse caso, o revisor poderia votar antes do relator em muitas questões. (...) O ministro relator, Joaquim Barbosa, chegou a dizer no plenário que, com essa fórmula mais demorada, poderia não haver relator no fim do julgamento, se referindo ao problema que ele tem no quadril. E o ministro Ayres Britto, presidente da sessão, encerrou a sessão, mas na saída disse que esse assunto volta a ser discutido na próxima segunda-feira para que haja de fato uma decisão sobre esse sistema de votação. E agora há pouco, em entrevista o repórter Heraldo Pereira, o ministro revisor, Ricardo Lewandowski, disse que o certo seria que cada ministro votar tudo, mas ele disse também e anunciou que seguirá a decisão do plenário pelo fatiamento.

SONORA - Ricardo Lewandowski - Eu não creio que prejudicará o julgamento, mas me trará uma dificuldade enorme, porque eu preparei 38 votos, como eu disse, réu por réu, mas realmente fui vencido, nesse ponto de vista, juntamente com outros ministros da corte, de que o certo seria atender o artigo 138, do regimento interno da nossa casa, que estabelece exatamente isso, primeiro vota o relator, depois o revisor, e na sequência os demais ministros, na ordem inversa de antiguidade. Isso agora está sendo quebrado, por decisão do plenário, porquanto nós iremos fatiar o julgamento.

NOTA PÉ

Depois dessa entrevista do ministro Lewandowski, vamos aguardar amanhã ou na segunda o que os demais ministros dirão a respeito. A princípio, a polêmica parece ter chegado a um fim. Ao saber da declaração do ministro Lewandowski, o presidente do Supremo, Ayres Britto, disse que o ministro Ricardo Lewandowski ficou autorizado pelo plenário a utilizar um método próprio para o seu voto ou aderir à metodologia do voto do relator. Agiu, portanto, no espaço da legítima opção.

No trecho ao vivo, foram inseridas imagens de apoio gravadas do plenário do Supremo Tribunal Federal cobrindo parte do relato da repórter diante da câmera, o que lhe confere veracidade (dá o efeito de verdade, ao confirmar o que estava sendo dito pela repórter). Durante toda a sua fala, a repórter se pautou em declarações dadas pelos envolvidos, decodificando-as para a linguagem jornalística que omite formalismos, regras, e suprime explicações sobre procedimentos. Com isso, o método apresentado por Barbosa que gerou divergências foi denominado de “fatiamento”, ou julgamento “em blocos”, o que não consta no universo jurídico. Apenas na fala de seu principal

adversário, Lewandowski, foi citado que havia um regimento que descrevia o processo de votação de uma determinada maneira. A repórter chega a invocar um conhecimento prévio dos receptores sobre uma questão até então não discutida pelo Jornal Nacional, que era a situação de saúde do ministro Joaquim Barbosa – ele sente dores no quadril e, por isso, fica em pé em grande parte do julgamento, ao contrário dos demais ministros, o que torna sua atuação ainda mais dramática – e heroica. Foram expostos os posicionamentos de outros dois ministros, o primeiro favorável a Lewandowski, Marco Aurélio de Mello, e o segundo favorável a Barbosa, Carlos Ayres Britto. A palavra do segundo, porém, como presidente do Supremo, confere um peso diferenciado à opinião do relator, que saiu vencedor dessa disputa discursiva. A confirmação da vitória veio em seguida, com a fala de seu rival. Em entrevista exclusiva – realçada pela presença do repórter Heraldo Pereira no vídeo, o tempo todo –, o ministro revisor se diz vencido, mesmo que isso signifique um desrespeito às normas vigentes na cômte. A narrativa se prolonga pela perspectiva de desdobramentos demarcada na nota pé – texto lido por um dos apresentadores do telejornal ao final da matéria, com informações que complementam o relato já exibido: “(...) vamos aguardar amanhã ou na segunda o que os demais ministros dirão a respeito” indica que o fato ainda será acompanhado e noticiado pelo telejornal, constituindo assim um suspense sobre as próximas ações, ou os próximos capítulos, mas também reafirmando o compromisso do telejornal de cobrir todos os detalhes do acontecimento – o que constitui o contrato de comunicação desse produto midiático, que, como explica Charaudeau (2006), é estabelecido implicitamente entre produtores e receptores das mensagens, e reconhecido como válido por ambos, em que se estabelecem regras para a construção e a interpretação de tais mensagens. Suspense desvendado na sessão e na reportagem do dia seguinte, 17 de agosto de 2013.

CABEÇA

O presidente do Supremo Tribunal Federal confirmou hoje que o julgamento dos réus do processo do Mensalão será fatiado, ou seja, dividido por temas. Você vê na reportagem de Cristina Serra.

REPORTAGEM

OFF 1 - As dúvidas começaram a ser esclarecidas logo depois da sessão de ontem. Nesta entrevista do ministro revisor Ricardo Lewandowski ao repórter Heraldo Pereira. Lewandowski afirmou que acabou cedendo e que vai votar de acordo com o método escolhido pelo relator, Joaquim Barbosa. Hoje o presidente do Supremo, Ayres Britto, confirmou que os ministros vão votar de acordo com a divisão de itens prevista no voto de Joaquim Barbosa. É o chamado fatiamento.

SOBE ÁUDIO

REPÓRTER (outra) - Ministro, como é que vai ficar o julgamento?

SONORA AYRES BRITO - Já está decidido, né. O método que nós

aprovamos em consenso lá na última sessão de ontem.

REPÓRTER - Vai ser fatiado, então?

AYRES BRITO - Exatamente. De acordo com a metodologia adotada pelo ministro Joaquim Barbosa quando do recebimento da denúncia, mesmo método, por capítulos.

(...)

OFF 3 - O fim do impasse sobre a forma de votação não deixa muitas dúvidas de que o ministro César Peluzo só poderá julgar no máximo um ou dois itens da denúncia, já que a cada item o relator e o revisor falam extensamente e votam e depois os outros nove ministros votam, prevendo-se que cada um deles use de uma a duas horas, se tudo correr bem. Como Peluzo é obrigado a se aposentar no dia 3 de setembro, quando completa 70 anos, não haveria tempo para que votasse todos os itens. Sobre este tema, o presidente do Supremo, Ayres Brito, foi evasivo.

SOBE ÁUDIO - REPÓRTER - Dessa forma o ministro César Peluzo não deve votar então em todos os réus.

SONORA AYRES BRITO - Não sei, não sei. Aí vai depender do andar da carruagem.

Logo no início, a matéria reforça a presença da reportagem da emissora no acesso exclusivo à informação de que o julgamento seria mesmo “fatiado”, a partir do aval do principal opositor da ideia, o ministro Ricardo Lewandowski, o que não foi dito em sessão plenária do STF, mas em entrevista exclusiva. Assim, mais do que meramente exibir os acontecimentos relacionados ao Mensalão, o Jornal Nacional passou a ter papel fundamental no desenlace de um conflito interno sobre o caso, e fez isso ao antecipar a decisão do ministro no dia anterior, o que reafirmava ali. Exibida no dia anterior, a entrevista dada pelo revisor não foi repetida tal e qual, mas foi reconstituída pela repórter Cristina Serra, com a inserção de imagens da entrevista ao longo do texto, o que dá o efeito de verdade. O fim do conflito sobre o método da votação, contudo, não significou o fim dos conflitos do próprio julgamento. E foi expondo justamente um novo problema que se desenharia em breve – a aposentadoria de um dos ministros do Supremo durante o julgamento –, como mais um elemento desse drama, que a matéria foi encerrada. A preocupação não surgiu como um fato motivado pelos próprios ministros ou por outros envolvidos no caso – como advogados ou o Ministério Público –, mas sim pela própria reportagem, que indagou o presidente do Supremo sobre a possibilidade de Peluso não votar em todo o processo – sem explicar o que isso poderia representar ao resultado final da votação –, problema que possivelmente existiria mesmo que o julgamento não fosse fatiado (o que também não foi citado pela matéria). Apesar das omissões, esse novo problema foi constituído, com um novo suspense em torno do desenrolar do julgamento.

Vale ressaltar ainda o texto da cabeça da matéria. A apresentadora Patrícia Poeta interage diretamente com o receptor-telespectador, ao incluí-lo como interlocutor

direto – você – da enunciação. Um interlocutor, portanto, muito próximo, o que dá a impressão de que é co-autor daquela enunciação, ainda que não exista um canal de retorno dessa interação (do receptor para o produtor, só há do produtor para o receptor).

Com o início da declaração das sentenças pelos ministros, o mote das matérias voltou a ser o caso do Mensalão em si, com explicações da participação de personagens da trama para justificar as decisões. Contudo, a forma como a narrativa se constituiu colocou novamente em primeiro plano o palco do julgamento, mais especificamente a performance do ministro relator, Joaquim Barbosa, como visto na edição de 20 de agosto de 2012.

CABEÇA

O relator do processo do Mensalão votou hoje pela condenação de Marcos Valério e de um ex-diretor do Banco do Brasil ligado ao PT. O ministro Joaquim Barbosa considerou que houve desvio de recursos para alimentar um esquema de corrupção.

REPORTAGEM

OFF 1 - O ministro relator Joaquim Barbosa completou o item sobre o desvio de recursos públicos no esquema do Mensalão. Ele analisou contratos do Banco do Brasil com a DNA Propaganda, de Marcos Valério. Segundo o relator, a agência desviou dois milhões e novecentos mil reais. Neste caso, o então diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, teria sido omissos na fiscalização dos desvios. Ao ler o voto, o relator lembrou que Pizzolato participou da campanha do ex-presidente Lula. Joaquim Barbosa também analisou os contratos entre a DNA e o fundo Visanet, que tem o Banco do Brasil entre seus principais acionistas.

(...)

PASSAGEM - CRISTINA SERRA - Para sustentar todas as acusações, o relator se baseou em testemunhas, laudos da Controladoria Geral da União, auditoria interna do Banco do Brasil e perícias da Polícia Federal. Ele contestou o argumento da defesa, de que Pizzolato não tinha poderes para autorizar os repasses.

SOBE AUDIO - JOAQUIM BARBOSA (sentado) - No caso, os depósitos de setenta e três milhões e oitocentos e cinquenta e um mil na conta da DNA Propaganda só ocorreram porque assim determinou o réu Henrique Pizzolato, responsável maior pela verba de marketing e publicidade do âmbito do Banco do Brasil em razão do cargo que ocupava. Assim, Henrique Pizzolato agiu com dolo de beneficiar a agência representada por Marcos Valério, que não havia prestado qualquer serviço em prol dos cartões do Banco do Brasil de bandeira Visa.

A reportagem prossegue com a explicação sobre o destino dos recursos: alimentar o esquema de pagamento de propinas a políticos coordenado por Delúbio Soares, então tesoureiro do PT – ou o próprio Mensalão, o que não foi explicitado ao longo do texto. Quase o tempo todo, as imagens da matéria foram da própria sessão plenária do Supremo, com foco na atuação do ministro Joaquim Barbosa. Os réus citados apareceram em um infográfico, ao longo do último OFF, quando se expôs as condenações de cada um e os crimes relacionados. Eles são identificados por fotos

similares às 3x4, em que aparece apenas o rosto, expostas em uma montagem que remete aos cartazes de “procura-se” (apesar de não haver esse termo grafado), em que o nome do procurado é escrito abaixo da foto, em caixa alta – formato reconhecidamente utilizado para identificar criminosos foragidos (como consagrado pelos filmes de faroeste norte-americanos).

No papel de relator do caso, Joaquim Barbosa tinha a prerrogativa de ser o primeiro ministro a declarar seu voto, justificando-o de maneira mais aprofundada que os demais ministros, por ter tido a incumbência de analisar a fundo o processo. Contudo, como essa especificação não é explicada na matéria, Barbosa aparece como o responsável pela condenação dos réus, esmiuçando suas participações e rejeitando qualquer tipo de argumento que reduzisse suas responsabilidades. Apesar de bastante descritiva, a narrativa reforça o papel de justiceiro do ministro, que, embasado em investigações oficiais, não se omite de expor os níveis de poder acessados pelo réu Henrique Pizzolato – como afirmou Barbosa, ele foi assessor do presidente Lula durante a campanha eleitoral e era o responsável pelas autorizações de pagamentos nos contratos de publicidade do Banco do Brasil –, o que afasta qualquer possibilidade de inocência diante de tamanho desvio de recursos – mais de R\$ 73 milhões num contrato em que não houve a execução dos serviços pelas empresas do publicitário Marcos Valério. A ênfase da ação de Barbosa se dá, na matéria, pela manutenção da fala original do ministro, ainda que tenha sido mais longa do que se costuma tolerar no Jornal Nacional – em média, as sonoras exibidas nas matérias têm no máximo 20 segundos, mas uma das falas de Joaquim Barbosa chegou a 40 segundos – o dobro.

Os acontecimentos, porém, também levam ao reforço da imagem do antagonista. A cada dia que passa, Ricardo Lewandowski, o revisor do processo, assume mais esse papel, ao expor opiniões opostas às do relator. O que é enfatizado na edição do dia 23 de agosto de 2012.

OFF 1 - O ministro revisor, Ricardo Lewandowski, analisou as acusações contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e foi neste ponto que apresentou a primeira grande divergência com o Ministério Público e com o relator, Joaquim Barbosa. Na semana passada, o ministro Joaquim Barbosa afirmou que a quebra de sigilo bancário revelou que o recibo assinado pela esposa de João Paulo Cunha mostrou que a origem dos cinquenta mil reais era a SMP&B, de Marcos Valério, e não o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, como alegou a defesa do réu. Para o relator, em troca, João Paulo Cunha favoreceu a agência numa licitação com a Câmara dos Deputados. Barbosa votou pela condenação do réu por corrupção passiva. Lewandowski afirmou que não há nenhuma prova de que João Paulo Cunha favoreceu a agência de Marcos Valério. O revisor avaliou que as provas apontam para uma licitação limpa, e concordou com a tese da defesa de que o

ex-deputado recebeu o dinheiro por orientação do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para pagar pesquisas eleitorais. Por isso o revisor considerou que João Paulo Cunha não praticou corrupção passiva e votou pela absolvição do réu.

(...)

OFF 4 - Ao votar sobre Marcos Valério e os sócios Cristiano Paz e Ramon Rolenbach, o ministro Ricardo Lewandowski manteve a divergência em relação ao voto do ministro relator. Ele disse que, como não encontrou provas para incriminar João Paulo Cunha, também não viu nada que comprovasse a participação de Marcos Valério e os sócios nos crimes de corrupção ativa e peculato e votou pela absolvição deles.

PASSAGEM - CAMILA BOMFIM - E diante de tantas diferenças, o ministro relator, Joaquim Barbosa, disse que na próxima sessão, na segunda-feira, quer discutir os argumentos do revisor. A decisão acabou provocando uma discussão no plenário.

SOBE AUDIO - JOAQUIM BARBOSA - Eu me reservo... ahhh... para trazer essas respostas, não só a divergência, mas também as dúvidas que foram trazidas à tona, na segunda-feira.

AYRES BRITTO aparece

LEWANDOWSKI - Então, seu presidente, eu também peço que me reserve um espaço para responder também eventuais dúvidas e contestações.

OFF 5 - O presidente Ayres Britto disse que, pelo regimento, apenas o relator deveria apresentar as considerações.

SOBE AUDIO - LEWANDOWSKI - Se já ficar acertado que eu não terei a tréplica, eu não... talvez eu possa me ausentar do plenário, quando sua excelência for fazer as suas colocações.

AYRES BRITO - Não é conveniente que fiquemos entregando a palavra a um para réplica, depois a outro para tréplica.

OFF 6 - E assim o presidente encerrou a sessão.

Trata-se de uma longa matéria – de cinco minutos e nove segundos -, composta pelos textos de duas repórteres (Cristina Serra e Camila Bomfim), possivelmente por elas terem dividido os esforços para acompanhar as longas horas de julgamento. A divergência entre Lewandowski e Barbosa foi o ponto alto da narrativa. Ao descrever o voto do revisor, o texto deixou clara não só a discordância, mas com quem o ministro concordava – com a defesa dos réus, que, como já visto nas primeiras matérias exibidas no Jornal Nacional sobre o julgamento do Mensalão, não é identificada com a justiça, mas sim com o crime.

O ápice é a discussão aberta entre os dois ministros, com mais uma vitória conseguida por Barbosa, a partir da mediação do presidente do Supremo, Ayres Britto, que se constitui, na narrativa, como o mediador favorável à lei. E, mais uma vez, Joaquim Barbosa é associado à ideia de coragem, enfrentamento, fortalecendo o *ethos* do herói que fará tudo para impedir que a justiça não seja feita. O encerramento da matéria reforça o tom teatral da narrativa, ao se destacar algo corriqueiro como uma atitude excepcional: o encerramento do julgamento pelo presidente da instituição surge como o fim do conflito, pelo menos naquele dia: um ponto final à tentativa de

Lewandowski de desfazer o que o relator do caso vinha fazendo até então contra a corrupção. Contudo, o conflito ainda se estende por outras sessões, tornando-se o principal fato da cobertura do julgamento do Mensalão. Um dos exemplos foi ao ar na edição de 12 de setembro de 2012, numa matéria de cinco minutos e quinze segundos.

CABEÇA

O ministro revisor do processo do Mensalão condenou hoje seis réus por lavagem de dinheiro e absolveu quatro acusados de fraudes envolvendo o Banco Rural e empresas de Marcos Valério.

REPORTAGEM

OFF 1 - O revisor, ministro Ricardo Lewandowski, começou o voto analisando a acusação contra Ayanna Tenório. Na semana passada ela foi absolvida do crime de gestão fraudulenta. Lewandowski acompanhou o voto do relator, Joaquim Barbosa, e absolveu Ayanna Tenório do crime de lavagem de dinheiro. Em seguida o revisor analisou a acusação contra Geisa Dias. Segundo o Ministério Público, ela mandava para o Banco Rural a lista de quem receberia o dinheiro. Quando Lewandowski disse que iria ler os argumentos da defesa da ré para contrapor a tese da acusação, o ministro Joaquim Barbosa reagiu.

SOBE AUDIO - JOAQUIM BARBOSA - O senhor está por acaso insinuando que eu não fiz isso.

LEWANDOWSKI - Longe de mim, mas longe de mim, ministro.

JOAQUIM BARBOSA - Ministro, vamos parar com essas... com essas (faz gesto com as mãos), com esse jogo de intrigas

LEWANDOWSKI - (interrompendo Barbosa) Mas como, vossa excelência quer que eu pare de analisar os argumentos da defesa? É isso?

BARBOSA - Faça o seu voto de maneira sóbria, é só isso.

LEWANDOWSKI - O eminente relator está dizendo que o meu voto não é sóbrio. Ministro, eu estou perplexo com a afirmação de vossa excelência (com as mãos juntas, em oração), eu não tenho perdido oportunidade de elogiar a clareza e a profundidade do voto de vossa excelência. Eu reafirmo o respeito que tenho por vossa excelência e sobretudo a admiração pelo seu trabalho.

OFF 2 - A discussão só terminou quando o presidente Ayres Britto interveio.

SOBE AUDIO - AYRES BRITTO - Vossa excelência tem a palavra com toda a... na plenitude de seu direito de fazer o seu voto de relator... de revisor.

(...)

PASSAGEM – Cristina Serra - O revisor condenou ainda a ex-diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos. Considerou que ela foi a principal operadora dos repasses para políticos que receberam dinheiro do esquema. Ao todo, Lewandowski absolveu quatro réus e condenou seis, enquanto Joaquim Barbosa condenou nove réus e inocentou apenas Ayanna Tenório.

A exemplo de outras reportagens longas que relatam sessões do julgamento, essa matéria foi realizada por duas repórteres, Giuliana Morrone, que flagrou a discussão entre os dois ministros, e Cristina Serra, que compilou as condenações e absolvições do revisor e as comparou com as do relator, já anunciadas numa sessão anterior. No trecho destacado, O “justiceiro” ministro Joaquim Barbosa demonstra indignação contra a fala do revisor, que busca não nas palavras do Ministério Público –

fonte da acusação de Barbosa –, mas nas palavras da defesa argumentos para tratar de um dos réus. Para construir esse relato, a reportagem manteve integralmente a ríspida discussão entre as duas personagens, intervindo apenas ao expor o desfecho, na enunciação do presidente do Supremo, Ayres Britto. O relato seguiu descritivo, com a exposição do posicionamento de Lewandowski para cada réu envolvido, sempre mantendo a comparação com a decisão de Barbosa. O que se repetiu no final da matéria, quando foi feita a contagem final dos votos: enquanto o revisor absolveu quatro réus e condenou seis, o relator condenou nove e inocentou apenas um. A ordem em que esse relato foi feito pela repórter é significativo: Lewandowski é o que absolve – mantém livres os envolvidos com o escândalo do Mensalão; está, portanto, claramente a favor desse grupo criminoso, assim confirmando sua posição de vilão, de maior obstáculo à luta do relator justiceiro. Já Barbosa é quem condena, pune, tendo livrado apenas uma ré das acusações; é ele quem faz justiça, ou que representa a própria justiça.

O drama protagonizado pelos dois ministros, com visões opostas sobre o mesmo crime e sobre o próprio andamento do julgamento, se estende às demais sessões. Outro exemplo é o da edição do dia 26 de setembro de 2012, quando os dois protagonizaram uma “áspera discussão”, como o próprio relato definiu.

(...)

OFF 5 - Na segunda parte da sessão, Ricardo Lewandowski retomou o voto sobre réus ligados ao PTB. Começou pelo então assessor do partido, Emerson Palmieri, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O revisor disse que tem dúvidas sobre a participação de Palmieri nos crimes porque muitas testemunhas disseram que ele não tinha função ligada a finanças. O relator, Joaquim Barbosa, interveio, dizendo que outras testemunhas afirmaram que Palmieri recebeu dinheiro do esquema. Barbosa então reclamou que Lewandowski estava contestando o seu voto e seguiu-se uma áspera discussão.

SOBE AUDIO - JOAQUIM BARBOSA - Isso é um fato...

LEWANDOWSKI - Se Vossa Excelência não admite a controvérsia, a vossa excelência deveria propor pela comissão de redação do Supremo Tribunal Federal que abolisse então a figura do revisor.

JOAQUIM BARBOSA - Nós, como ministros do Supremo, nós não podemos é... fazer vistas grossas a respeito do que consta dos autos.

MARCO AURÉLIO - ...vistas grossas ministro (quase ininteligível)

JOAQUIM BARBOSA - Eu não estou acusando, ministro, mas nós não podemos...

MARCO AURÉLIO - Ministro

JOAQUIM BARBOSA - Nós não podemos...

MARCO AURÉLIO - Ministro, nós somos aqui onze ministros, ninguém faz vista grossa neste plenário...

OFF 6 - Vários ministros acabaram se envolvendo. Os ânimos estavam exaltados.

SOBE AUDIO - LEWANDOWSKI - Vossa Excelência não dirá a mim o que eu tenho que fazer. Vossa Excelência já ouviu o meu voto, eu proferirei o meu, cumprirei meu dever como entendo que deve ser...

JOAQUIM BARBOSA - (interrompendo) Faça-o corretamente, por favor...

LEWANDOWSKI - E, por favor, não me dê conselhos...

MARCO AURÉLIO - Policie a sua linguagem. Não há campo para vossa excelência ficar agredindo os colegas (disse, dirigindo-se a Joaquim Barbosa).

JOAQUIM BARBOSA - Estou usando muito bem o vernáculo, ministro.

OFF 7 - Para por fim à discussão, o presidente Ayres Britto pediu que Lewandowski continuasse o voto.

AYRES BRITTO - Prossiga no seu voto, Excelência.

LEWANDOWSKI - Pois é, eu não sei nem se tenho condições de prosseguir.

AYRES BRITTO - Prossiga, Vossa Excelência.

LEWANDOWSKI - Pois farei um esforço.

PASSAGEM - CRISTINA SERRA - No caso de Emerson Palmieri, Ricardo Lewandowski chegou a uma conclusão completamente diferente do relator. O revisor o absolveu das acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Com relação ao ex-deputado do PTB, Romeu Queiroz, acusado de ter recebido duzentos mil reais do esquema, Lewandowski o condenou por corrupção passiva e o absolveu da lavagem de dinheiro. Joaquim Barbosa condenou Queiroz pelos dois crimes.

A matéria, de quatro minutos e quarenta e sete segundos, segue descritiva e cronológica, a exemplo do restante da cobertura, e também foi constituída por duas repórteres, Giuliana Morrone e Cristina Serra. Em dois momentos, a narrativa atribuiu valor à contradição entre os dois ministros: ao afirmar que ocorrera uma “áspera” discussão, antecipando-a, e ao concluir que relator e revisor chegaram a conclusões “completamente” diferentes sobre o tópico em votação, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O ápice foi novamente o debate entre os dois ministros, em que Barbosa se mantém no papel de defensor da justiça, ao acusar o adversário, Lewandowski, de fazer “vistas grossas”, o que significa ser omisso ao aplicar as sanções aos acusados – ao contrário do que ele mesmo vinha fazendo. Novamente, a reportagem preserva o diálogo, mesmo truncado, e intervém apenas para anunciar o desfecho, a partir da atuação do presidente do STF, figura que se constituiu como pacificador, líder que busca manter o equilíbrio entre os membros de sua equipe. Desta vez, a palavra foi entregue ao revisor, Lewandowski, por este ter sido interrompido por Barbosa, não por uma concordância com o teor de suas palavras.

A sessão do dia 12 de novembro foi a última a ter votos proferidos a respeito dos réus. Depois disso, houve apenas sessão para discutir o tamanho das penas dos réus e para a posse de Joaquim Barbosa como novo presidente do Supremo Tribunal Federal. Coincidentemente, esta também foi a última sessão em que foi exposto um confronto direto entre os dois principais personagens desta narrativa. A inserção chegou a um tempo total de três minutos e cinquenta e seis segundos, acima da média das matérias do telejornal, e contou com um VT e uma entrada ao vivo. Na reportagem editada, o relato

seguiu novamente uma ordem cronológica, mas com foco em uma nova divergência entre os dois ministros, novamente definida como “áspera discussão”.

OFF 1 - Na sessão de hoje, o relator, Joaquim Barbosa, decidiu fixar as penas dos réus do chamado núcleo político. Na última sessão, na semana passada, ele havia dito que seria a vez do núcleo financeiro. O revisor, Ricardo Lewandowski, protestou. Os dois travaram uma áspera discussão.

SOBE AUDIO - LEWANDOWSKI - Toda hora vossa excelência traz uma surpresa, eu não entendo.

JOAQUIM BARBOSA - Não saiu... não sai publicado no Diário Oficial... (falou, interrompendo Lewandowski)

LEWANDOWSKI - Eu não entendo por que essas surpresas, eu não aceito surpresa, senhor ministro relator.

JOAQUIM BARBOSA - Eu que estou surpreendido com a ação de obstrução de Vossa Excelência, Vossa Excelência, na última semana...

LEWANDOWSKI - Não, senhor (interrompendo Barbosa)...

JOAQUIM BARBOSA - ... leu um artigo de jornal...

LEWANDOWSKI - Eu considero isso algo muito grave, muito grave...

JOAQUIM BARBOSA - Mas eu estou dizendo a verdade.

AYRES BRITTO - Vamos dar sequência...

LEWANDOWSKI - Eu exijo uma retratação.

JOAQUIM BARBOSA - Não tem retratação nenhuma...

LEWANDOWSKI - Então eu não fico aqui... (e se levantou!)

AYRES BRITTO - Vossa Excelência prossegue, ministro Joaquim Barbosa. Vossa Excelência prossegue.

PASSAGEM - CRISTINA SERRA - A sessão prosseguiu, porque os demais ministros concordaram que é o relator que decide a ordem do julgamento, além do que Lewandowski não vota na maioria das penas do núcleo político, já que ele absolveu o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT, José Genoíno.

OFF 2 - O relator destacou o papel do ex-ministro como o chefe do esquema.

SOBE AUDIO - JOAQUIM BARBOSA - O acusado utilizou-se de seu gabinete oficial na Casa Civil como um dos locais onde ocorreu a prática delitiva, ali tomando decisões chave para o sucesso do empreendimento criminoso e concomitantemente servindo-se do aparelho público para ocultar a prática dos delitos.

OFF 3 - José Dirceu foi condenado a dez anos e dez meses de prisão por formação de quadrilha e corrupção ativa. O que deve levar ao cumprimento da pena em regime fechado. Dirceu terá também de pagar multa de 676 mil reais. Pelos mesmos crimes, José Genoíno foi condenado a seis anos e 11 meses, que deverão ser cumpridos em regime semi-aberto, e multa de 468 mil reais.

SOBE ÁUDIO - AYRES BRITTO - De fato, o crime de corrupção ativa de parlamentares é extremamente grave, não se pode obscurecer.

(...)

As falas dos dois ministros foram, em muitos momentos, de difícil compreensão, por estarem sobrepostas, aos gritos – o que reforça o efeito de verdade. Contudo, o conteúdo era de fato o que menos importava - tanto que nem chegou a haver qualquer esforço para se apurar se o ministro relator estava de fato desrespeitando uma ordem que deveria ter sido cumprida, como reclamou o revisor. Tratava-se do último ato de uma briga que perpetrou todo o julgamento, culminando com a saída do ministro revisor, Ricardo Lewandowski, da sala de julgamento, diante de um triunfal Joaquim

Barbosa, que não só prosseguiu em seu pronunciamento sobre a forma de anunciar as penas dos réus condenados, como recebeu um apoio significativo às suas decisões, do presidente da cõrte, Ayres Britto, o conciliador e líder daquela cena enunciativa.

Síntese da análise

Como mostrado, a narrativa do julgamento do Mensalão no Jornal Nacional não se pautou no reforço às histórias que permearam o escândalo quando este veio à tona, em 2005 – com os vilões e os heróis da época. Foi constituída uma nova história, a partir de um drama vivenciado na sala das sessões de julgamento, com novos personagens e um novo olhar sobre o caso. Um novo olhar permeado pelo ideal da busca pela justiça, investido não só pela instituição Supremo Tribunal Federal, mas personificado pelo relator do caso, o ministro Joaquim Barbosa. Personagem que teve fortalecida uma imagem de justiceiro por todo o seu histórico pessoal: negro, de infância pobre, venceu o preconceito e chegou ao ponto mais alto da esfera judicial brasileira. Valores que lhe conferem ampla legitimidade, aos olhos da sociedade, para clamar por justiça, contra uma elite identificada com ideais inversos: a manutenção do *status quo*, o que significa impunidade. A narrativa não só expôs a voz de Barbosa, como sistematicamente a opôs à ação do ministro Ricardo Lewandowski, que teve seu papel de revisor (responsável por apontar contradições ou problemas do processo, revendo o que estava sendo relatado) transformado em opositor da justiça, aquele que buscava impedir que as punições se efetivassem como deveria ser. Tal conflito acabou por se constituir no relato central da narrativa, ainda que isso tenha significado, em boa medida, reduzir o espaço para explicar os meandros das acusações contra os réus e o significado das possíveis punições. A cena do próximo capítulo a ser evocada no telejornal passou a ser a performance dos ministros e suas contradições, o que pode, de certo modo, ajudar a explicar como um quase desconhecido ministro do Supremo Tribunal Federal se transforme, em poucos meses, em um dos personagens mais admirados e influentes do país.

Referências bibliográficas

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In BARTHES, Roland et al. *Análise Estrutural da Narrativa*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo, Contexto, 2006.

COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do Telejornalismo – A narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora – MG. Rio de Janeiro, Mauad, 2012.

FERNANDES, Kamila B. “E por falar em política...” – Marcas de narrativas midiáticas sobre política em conversas na Praça do Ferreira. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFC, Fortaleza, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas Tendências em Análise do Discurso. 3ª ed., Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Narratologia – Análise da narrativa jornalística. Brasília, Casa das Musas, 2005a.

_____. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. Artigo apresentado no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005b. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>.

PORTO, Mauro P. Televisão e Política no Brasil – A Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro, E-Papers, 2007.

SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo, Summus, 1986.

THOMPSON, John B. O Escândalo Político – Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis, Vozes, 2002.